

# Primeiro mês de isolamento destruiu 8,6 milhões de empregos

[gongazapatriota.com.br/2020/primeiro-mes-de-isolamento-destruiu-86-milhoes-de-empregos](http://gongazapatriota.com.br/2020/primeiro-mes-de-isolamento-destruiu-86-milhoes-de-empregos)



## Clipping

No primeiro mês completo de isolamento social imposto pela Covid-19, 8,6 milhões de pessoas deixaram de trabalhar em empregos formais e informais, na comparação com igual período do ano passado. Em abril houve um encolhimento inédito de 9% na população ocupada, segundo dados isolados para abril da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC).

A Pnad Contínua, calculada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mede a desocupação por trimestres móveis – e havia apontado fechamento de 4,9 milhões de vagas no trimestre encerrado em abril. Com base no dado oficial, pesquisadores do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) estimaram a eliminação mensal de empregos na pandemia.

Em março, mês apenas parcialmente afetado pelo isolamento, a destruição de postos de trabalho havia atingido 2,3 milhões de pessoas na comparação com o mesmo período de 2019, de acordo com o Ibre. Tanto em março quanto em abril, os principais afetados dentro da população ocupada foram os trabalhadores informais e os chamados por conta própria, geralmente os que ganham menos no mercado.

Em maio, outro mês completo de isolamento, a expectativa é que os cortes sejam aprofundados, atingindo mais severamente desta vez os empregados formais e de remuneração mais elevada. Os trabalhadores com carteira assinada vinham sendo parcialmente protegidos por um programa do governo que permitiu a redução de jornada e salário ou suspensão temporária dos contratos – cerca de oito milhões de trabalhadores foram incluídos no programa, segundo dados mais recentes do Ministério da Economia.

O pesquisador do Ibre/FGV Daniel Duque qualifica como dramática a inflexão no mercado de trabalho, que mostrava uma relativa melhora até fevereiro, antes de a pandemia obrigar as pessoas a ficarem em casa. “A partir de maio e em junho, os formais é que devem ser afetados com mais força. A expectativa é que haja alguma recuperação no mercado de trabalho só no quarto trimestre”, diz Duque.

Olhando os efeitos do isolamento no trimestre terminado em abril, na comparação como os três meses encerrados em janeiro, quase todos os segmentos foram atingidos -a exceção foi a administração pública. Outros dados do IBGE relativos ao primeiro trimestre também trouxeram resultados bastante negativos, sobretudo para os que ganham menos. Esse detalhamento de renda para o trimestre até abril só será conhecido nas próximas semanas.

Entre janeiro e março, a metade mais pobre do País perdeu 6,3% de sua renda na comparação com o último trimestre de 2019. Já os 10% mais ricos ganharam 0,8% – e os 40% “do meio”, entre a metade mais pobre e os 10% no topo, perderam 0,9%. “Essas diferenças levaram a uma piora na distribuição de renda”, diz Marcelo Neri, diretor do FGV Social. “Depois de crescer por 18 trimestres consecutivos e registrar uma pequena melhora no final de 2019, a desigualdade de renda no mercado de trabalho voltou a subir.”

Os dados do primeiro trimestre mostraram ainda uma importante reversão de tendência na renda das mulheres, por uma combinação de perda salarial e menor ocupação. Após registrar ganhos sistemáticos entre 2014 e 2019, as trabalhadoras perderam 2,8% no primeiro trimestre. Já o rendimento dos homens recuou 0,25%. Regionalmente, o Sudeste foi menos afetado.

Em termos de aumento da pobreza, o auxílio emergencial deve servir de amortecedor. “Será uma espécie de anestesia para a dor causada pelo mercado de trabalho”, afirma Neri. Em média, 70% da renda das famílias vêm do trabalho.

Para Duque, além de o emprego formal ter sido afetado com mais força a partir de maio, o que causará mais impacto sobre a renda, algumas atividades demorarão mais tempo para ser retomadas. A expectativa do pesquisador é que possa levar até dois anos para que o mercado de trabalho se recupere.

Fonte: Folha-PE

Clipping

### **Bolsa Família será substituído pelo programa “Renda Brasil”, diz Paulo Guedes a deputados**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o programa Bolsa Família deverá ser substituído pelo “Renda Brasil” logo após o fim da pandemia causada pelo novo coronavírus. A declaração foi feita a parlamentares federais durante reunião com líderes da Câmara dos Deputados. De acordo com os deputados, o ministro afirmou que o programa será mais abrangente do que o Bolsa Família. A ideia do Governo Federal é incluir os trabalhadores informais que estão sendo beneficiados pelo auxílio emergencial. A transformação do programa não é nova. Desde o ano passado, a equipe do presidente Jair Bolsonaro trabalha em uma mudança do Bolsa Família. A troca do nome do programa já estava prevista também. Para os deputados, a decisão de lançar o novo programa logo após o fim da pandemia é uma forma do governo suprir o fim do auxílio emergencial, que está sendo pago à população afetada pela pandemia. Fonte: Waldiney Passos



Clipping

### **Bombeiros do DF lançam plano contra incêndio para público infantil**

Com o objetivo de prevenir incêndios em residências, principalmente em época de isolamento social devido ao novo coronavírus (covid-19), o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) lançou uma publicação com um plano de escape e prevenção de incêndios voltado principalmente para o público infantil. Chamado de “planinho de fuga”, o material foi produzido com base em uma publicação de grande utilização e repercussão da National Fire Protection Association (NFPA), entidade considerada a fonte dos códigos e normas voltados para a indústria de proteção contra incêndios e segurança da vida. O planinho contra incêndios tem um QRCode que aponta para a página “Dicas de Bombeiro” onde os pais e crianças poderão ter acesso a materiais de prevenção à incêndio, acidentes domésticos e outros. A publicação é o primeiro material traduzido para o português, em uma parceria entre o CBMDF e a NFPA. O folheto funciona como um guia prático e tem caráter lúdico, pois disponibiliza uma página em papel quadriculado para a criança desenhar o seu próprio planinho de fuga em caso situações de emergência relacionadas a incêndio em casa. Fonte: EBC



Clipping

## **Governo cancela 295 anistias a cabos da Aeronáutica**

Após autorização do Supremo Tribunal Federal, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) anulou nessa segunda-feira (8) 295 anistias políticas concedidas a cabos da Aeronáutica. A medida foi tomada com base na Portaria nº. 1104/64, que limitava a oito anos o tempo de serviço militar, prazo após o qual eles deveriam ser automaticamente desligados. Mais de 2,5 mil anistias concedidas com base nessa portaria estão sendo revistas pelo MMFDH. Ao todo esses benefícios custam, por mês, R\$ 31,5 milhões para Aeronáutica. Depois de notificados, os interessados tiveram prazo para apresentar suas considerações, assegurada a não devolução das verbas indenizatórias já recebidas. “Sempre conduzimos os trabalhos neste âmbito de forma muito transparente, e com muito respeito aos anistiados. Repudiamos o que foi feito no passado. Advogados ficaram ricos. Uma militância absurda. Mas, agora, queremos conduzir tudo, de fato, à luz dos direitos humanos. E respeitando a dignidade do anistiado, especialmente daqueles que já estão idosos”, afirmou a ministra Damares Alves. Histórico De acordo com entendimento da Advocacia-Geral da União (AGU), a portaria teve o objetivo de racionalizar o contingente da Aeronáutica, que em 1964 possuía quase o mesmo número de cabos (6.339) e soldados (7.661), o que acarretava problemas hierárquicos e administrativos. Outro entendimento, de grupo de trabalho interministerial criado em 2011 para rever anistias, sustenta que a Portaria nº. 1104/64 foi um mero ato administrativo das Forças Armadas, não sendo reconhecido como de motivações “exclusivamente políticas”. Por essa visão, as anistias concedidas não atenderiam às condições da Constituição Federal. Comissão de anistia Segundo o Ministério dos Direitos Humanos, mesmo que sejam incluídos em blocos no momento de elaboração da pauta da sessão, esses processos são analisados individualmente pela Comissão de Anistia. Cada caso é estudado pelo conselheiro-relator, que elabora o seu parecer de acordo com suas convicções. Em seguida, é votado por todos os membros presentes na sessão. A comissão emite um parecer e o envia para análise do ministro. “A Comissão de Anistia está encarregada de proteger o erário público e evitar sua dilapidação por meio de requerimentos que não contenham os requisitos legais. O governo do presidente Jair Bolsonaro está resgatando a moralidade que o Brasil merece, com segurança jurídica e muita responsabilidade. Anistiar não é endinheirar, mas perdoar e seguir em frente. Primoroso o trabalho da ministra Damares e toda a nossa equipe”, esclarece o presidente da Comissão de Anistia, João Henrique Nascimento de Freitas. Grupo de trabalho Após uma semana da autorização concedida pelo STF, a ministra Damares Alves anunciou a criação de um grupo de trabalho, composto por servidores do próprio ministério, da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Advocacia-Geral



da União (AGU), para assessorar o trabalho de análise de processos administrativos pendentes na Comissão de Anistia. A força-tarefa foi criada pela AGU e, na ocasião, definiu rotinas e procedimentos adotados nos meses seguintes. As análises são feitas do ponto de vista exclusivamente jurídico, cabendo à comissão e ao ministério deliberações sobre o mérito da concessão dos benefícios. Fonte: AB